

**ACERTO DE CONTAS:** Desaceleração da economia deve afetar recolhimento de empresas

# Crescimento zero vai provocar uma perda de arrecadação de R\$ 12 bilhões em 1999

Governo muda a previsão de receitas de R\$ 131 bilhões para R\$ 119 bilhões

Leandra Peres

• BRASÍLIA. O Governo terá uma perda de arrecadação de cerca de R\$ 12 bilhões por causa do menor crescimento da economia brasileira no ano que vem. Segundo as estimativas feitas pela equipe econômica, o PIB ficará próximo a R\$ 912 bilhões em 1999. A queda de arrecadação, neste caso, poderia chegar a R\$ 16 bilhões, não fosse a receita tributária extra que deverá ser obtida com o aumento da CPMF, de 0,2% para 0,3%, que deverá compensar parte da perda.

O total de impostos e contribuições arrecadados no ano que vem deverá ficar próximo a R\$ 115 bilhões, alcançando R\$ 119 bilhões caso seja computado o ganho com a elevação da CPMF.

— Este valor ainda pode ser alterado, pois não leva em conta outras medidas de aumento da arrecadação que estão em estudo e podem ser incluídas como parte do ajuste fiscal — explicou uma fonte da equipe econômica.

No Orçamento enviado ao Congresso em agosto, o Governo previa arrecadar cerca de R\$ 131 bilhões, sendo R\$ 105 bilhões em impostos e outros R\$ 26 bilhões com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Estas previsões, entretanto, levavam em conta um crescimento do PIB de 4% e uma inflação de 3,6% no ano que vem.

## Principal efeito será na receita obtida junto às empresas

Com o agravamento da crise internacional e os efeitos da alta dos juros e das novas medidas fiscais, a equipe econômica reviu a meta de crescimento para zero e passou a estimar uma inflação de 2%. Por isso, teve que rever as previsões de arrecadação para R\$ 115 bilhões.

A desaceleração da economia se refletirá primeiro nos impostos que têm como base tributável o faturamento das empresas.

É o caso do Imposto sobre Pro-

dutos Industrializados (IPI), que historicamente costuma ser o mais afetado pelas variações do PIB, a Cofins e o PIS/Pasep. A arrecadação destes tributos deverá cair ao longo do ano, enquanto o Imposto de Renda (IR) e a CSLL, que têm como base o resultado das empresas, refletem o menor crescimento econômico somente no ano seguinte, quando é feita a declaração de ajuste e os lucros diminuem.

O Governo prometeu encaminhar a proposta de revisão do Orçamento ao Congresso até 3 de novembro, e não 26 de outubro.

Apesar dessa nova promessa, será difícil cumprir o novo prazo, segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão de Orçamento, que ontem se reuniu com o ministro do Planejamento, Paulo Paiva.

Segundo o senador, o atraso se deve ao fato de que as medidas de ajuste fiscal ainda não foram fechadas dentro do Governo.

Com o atraso, torna-se mais difícil que o Congresso consiga

aprovar o Orçamento até 15 de dezembro, como prevê a Constituição. Se não for aprovado, o Congresso poderá ser convocado extraordinariamente e o Governo começaria 1999 sem verbas para gastar, ficando limitado a um teto de 1/12 das dotações estabelecidas na lei orçamentária de 98.

## Parte dos gastos do Orçamento dependerá de alta de impostos

O senador Tebet explicou que parte dos gastos previstos no Orçamento revisto dependerão do aumento de impostos que o Governo vai propor no ajuste fiscal. Se as medidas não forem aprovadas pelo Congresso, estas despesas terão que ser canceladas.

— Parte da receita estará condicionada. Um dos exemplos é a CPMF, que ainda está em tramitação — explicou Tebet. ■

COLABORARAM Maria Luiza Abbott e Eliane Oliveira

• SALDO CAMBIAL FICA POSITIVO EM US\$ 1,3 BI, na página 24